

NÃO SOMOS RACISTAS

Ali Kamel, Nova Fronteira, 144 págs., R\$ 22

Ali Kamel
NÃO SOMOS
RACISTASUMA REAÇÃO AOS QUE
QUEREM NÓS TRANSFORMAR
NUMA NAÇÃO BICOLORA polêmica em torno
das cotas para negrosEm livro corajoso, Kamel se posiciona e
provoca leitores a refletirem sobre discriminação

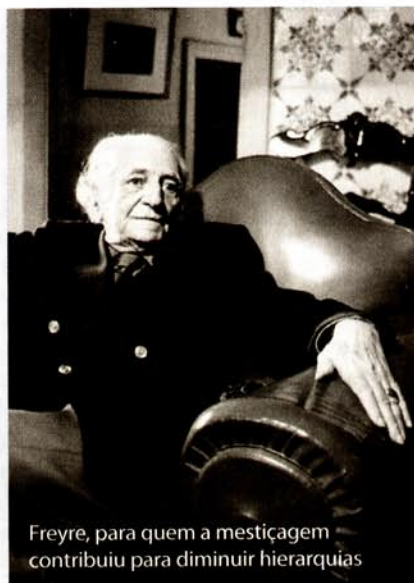
POR ILANA SELTZER GOLDSTEIN

Nas últimas décadas, “o mito das três raças”, que pretende explicar a formação da sociedade brasileira, vem sendo alvo de debates acalorados. Enquanto alguns defendem que a mistura biológica e cultural teria levado a uma sociedade mestiça e aberta, em que pessoas de diferentes origens étnicas convivem sem grandes confrontos, outros denunciam que se trata de uma ideologia perigosa: a idéia da “democracia racial” encobriria as mazelas da escravidão e o racismo ainda presente em nosso dia-a-dia.

São antigas e variadas as raízes dessa idéia de democracia racial no país. Começa com o alemão Von Martius, em 1840; passa pelo crítico literário Sílvio Romero, cinquenta anos depois; chega a Gilberto Freyre, que, nos anos trinta do século passado, efetuou uma releitura particularmente positiva da fusão das “três raças” em *Casa grande & senzala*. Ao mesmo tempo, essa tese vem sendo criticada desde a década de 50. Florestan Fernandes, Clóvis Moura e Kabengele Munanga acreditam que nosso “mito fundador” é prejudicial.

Esse conjunto de interpretações de nossa mestiçagem fornece o pano de fundo sobre o qual se pode compreender a importância e o potencial explosivo de *Não somos racistas*, de Ali Kamel, que acaba de ser publicado pela editora Nova Fronteira. A polêmica recente em torno da política de cotas, que perpassa o livro todo, apenas reavivou um debate extenso e espinhoso.

Ali Kamel, formado em ciências sociais pela UFRJ e diretor de jornalismo da Rede Globo, acaba de lançar um livrinho

Freyre, para quem a mestiçagem
contribuiu para diminuir hierarquias

ACERVO DA FUNDAÇÃO GILBERTO FREYRE

corajoso, em que se posiciona politicamente e provoca os leitores a refletirem para além da superficialidade midiática e da cegueira militante que envolvem o tema. O autor reuniu, adaptou e atualizou artigos seus já publicados no jornal *O Globo*, o que resultou numa espécie de libelo político, como revela o subtítulo “uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor”.

É provável que vozes iradas do Movimento Negro se insurjam em breve contra o autor, acusando-o de emitir suas opiniões contra as cotas para negros a partir de uma posição confortável e “suspeita”: ele não é negro e ocupa um cargo importante dentro da imprensa. Mas Ali Kamel será salvo pelas inúmeras evidências e estatísticas de que lançou mão, pela inteligência de seu raciocínio e pelo desejo, que transparece o

tempo todo, de que o Brasil efetivamente melhora por meio de uma reestruturação na educação pública.

Cada capítulo do livro fornece uma nova peça para o leitor encaixar no quebra-cabeça geral. O primeiro – e o mais longo de todos – faz um resgate histórico do governo FHC, que contradiz a famosa frase do ex-presidente: “esqueçam tudo o que escrevi”. Durante seu governo, FHC esforçou-se em imprimir uma maneira de abordar a questão “racial” brasileira em sintonia com a sociologia das décadas de 50 e 60 (FHC é discípulo de Florestan Fernandes), pautada na descrição de uma sociedade bicolor, em que brancos e negros são antagonicos.

Um outro capítulo questiona o conceito de “raça” com base em pesquisas genéticas recentes, que revelam que a diversidade interna dentro de um mesmo grupo é tão grande quanto a diversidade entre dois grupos diferentes, desautorizando qualquer indivíduo esclarecido a dizer que existem várias raças humanas. Argumenta ainda que, em todos os momentos históricos em que se usou o conceito de raça politicamente, os resultados foram terríveis.

Há uma série de capítulos revirando do avesso as estatísticas divulgadas pela imprensa. Um deles discute a categoria “pardos”, ora usada para “engrossar o caldo” da população afrobrasileira, somando-se à categoria “negros”, ora excluída. De acordo com Kamel, há 5,8% de negros no Brasil e não 48%, pois este segundo número englobaria os “pardos”. Da mesma maneira, os pretos não representam 65,8% dos pobres, mas somente 7,1%. No entanto, as comissões de avaliação das universidades que oferecem cotas para negros têm pedido fotos dos candidatos, que são selecionados com base no fenótipo tipicamente negro: lábios grossos, nariz largo e cabelos crespos. Resultado: os pardos tendem a ser barrados, sobretudo se seus cabelos forem ondulados e seus narizes afilados.

Dentre as análises estatísticas agudas e originais, destacam-se também as do mercado de trabalho. Os dados do IBGE não permitiriam concluir que um branco e um preto ganham salários diferentes no mesmo cargo. O que se comprova, por